

Liberalismo, democracia e os caminhos da “modernidade capitalista” no Brasil: substratos para a via repressiva de contenção das reivindicações da classe trabalhadora.

Douglas Ribeiro Barboza¹

RESUMO : O presente estudo busca analisar o terreno sob o qual a via repressiva de neutralização das lutas dos trabalhadores se consolidou na formação social brasileira, articulando a essência do liberalismo no tocante a institucionalização da democracia e o caráter de constante restritividade política às camadas mais subalternizadas. O eixo central de análise parte dos processos que nos conduziram à “modernidade” capitalista e com as especificidades que, em função da particularidade da nossa “revolução burguesa”, tornaram-se próprias do capitalismo conformado no Brasil. No nosso cenário, a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade e de igualdade para todos os cidadãos” torna-se mais evidente pela perpetuação de valores tradicionais elitistas e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicaram na marginalização de amplos setores da população.

Palavras-chave: Brasil, democracia vulgar; lutas populares.

Liberalism, democracy and the paths of "capitalist modernity" in Brazil: substrates for the repressive way of containing the demands of the working class.

ABSTRACT: The present study seeks to analyze the terrain under which the repressive way of neutralizing workers' struggles was consolidated in the Brazilian social formation, articulating the essence of liberalism with regard to the institutionalization of democracy and the character of constant political restraint to the more subalternized strata. The central axis of analysis starts from the processes that led us to capitalist "modernity" and to the specificities that, due to the particularity of our "bourgeois revolution", became characteristic of Brazilian capitalism. In our scenario, the fallacy of the political ideals of the "guarantee of life, freedom and equality for all citizens" is made more evident by the perpetuation of traditional elitist and authoritarian values, as well as the survival of command structures that marginalization of large sectors of the population.

Keywords: Brazil, vulgar democracy; popular fights

¹ Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional - Escola de Serviço Social da UFF - Niterói (PPGSSDR /ESS/UFF/Niterói). Coordenador do Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB/UFF). E-mail: douglasrb@id.uff.br

INTRODUÇÃO

A importância do debate sugerido pelo presente estudo encontra-se na necessidade de ampliação e desmistificação da discussão em torno do caráter do liberalismo e da democracia nos marcos do capitalismo brasileiro o qual, mesmo nas direções mais críticas, resvala numa análise comparativa com os processos europeus, e, de forma mais, grave, numa crítica efetivada a partir do próprio auto-elogio que o liberalismo evoca para si. Ao tratar-se do caráter autocrático assumido pela revolução burguesa no Brasil e sua impossibilidade de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do modelo democrático-burguês, os argumentos normalmente seguem a linha de sustentação de que a impossibilidade de universalização das premissas da democracia política é determinada pela condição de “desenvolvimento desigual” do capitalismo retardatário no Brasil, posto que, no seu momento de aceleração da industrialização e de pressões democráticas, o capitalismo mundial se encontra num estágio absolutamente regressivo em suas possibilidades civilizatórias. Tal como afirma Florestan Fernandes (1976):

Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia. [...] Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, [...] pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa (FERNANDES, 1976, p. 340).

O que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro na verdade é a revelação de forma mais clara do conteúdo vulgar que é inerente à própria democracia burguesa. Como podemos perceber nos processos revolucionários inglês, americano e francês (e da justificativa de seus ideólogos defensores), o desenvolvimento capitalista já se dissociava *pragmaticamente* da democracia, e as revoluções burguesas “clássicas” já traziam consigo a preocupação em separar a elite governante da multidão trabalhadora governada, criando uma nação política exclusiva, uma aristocracia de cidadãos proprietários em que a propriedade – e especialmente a propriedade de terra – permanecia como um status “extra-econômico”

jurídico e político militar privilegiado. Na particularidade brasileira, o que ocorreu foi que a instituição de um autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemônica pelos proprietários de terras e escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências no seu poder político, consolidou-se de maneira muito mais enraizada que nos marcos europeus. A velha oligarquia agrária, dos proprietários de terras e de escravos, foi, aqui, uma das protagonistas da via não clássica de nossa transformação capitalista, modernizando-se e recompondo-se economicamente, refazendo alianças para se manter no bloco de poder e influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa. Nestes marcos, a restrição da participação do poder político às forças populares assumia um caráter, por parte das elites dominantes, de uma “sequência natural” para uma formação econômico-social cuja marca determinante, ao longo de mais de trezentos anos, era o elemento escravista. São estas condições que possibilitam que parte significativa da vida republicana no Brasil se configure como um contínuo reiterar de formas autoritárias de resolução do antagonismo de classe, “pinceladas” com alguns poucos interstícios democráticos pouco substantivos.

A opção metodológica que possibilitou o alcance dos resultados aqui expostos, de caráter qualitativo e teórico-interpretativo, fundamenta-se na perspectiva crítica da teoria marxista, a qual permite compreender e reconhecer a realidade como resultado material e concreto da construção humana, cuja substância é movente e movida por práticas humano-sociais histórico-ontológicas. Neste sentido, ao objetivar a superação do teorismo e de um possível tratamento teórico-formal-abstrato, o estudo busca aprofundar o incurso às fontes clássicas que fundamentam essa tradição crítica correlacionando-as à dinâmica histórica sob a qual estavam subordinadas e no interior da qual puderam aprofundar suas diferentes tarefas práticas e suas exigências teórico-reflexivas.

1 - A relação entre as concepções marxianas de “democracia vulgar” e “economia vulgar” e os traços fundamentais para pensar a particularidade brasileira

O ponto de partida de tal investigação exige resgatar um dos propósitos da crítica *marxiana* da economia política: a revelação da face política da economia que havia sido obscurecida pelos economistas políticos clássicos, ou seja, a afirmação da *indissociabilidade entre luta política, luta econômica e luta ideológica*. A partir de

alguns traços centrais do debate no interior da tradição marxista acerca dos conceitos de ideologia e consciência, tratar-se-á a capacidade da crítica *marxiana* em identificar as continuidades entre a “*base*” econômica e a “*superestrutura*” legal, política e ideológica, as quais são tratadas por Marx não como uma rede de forças incorpóreas, mas sim como um conjunto de relações sociais.

A sustentação da relação dialética entre estrutura e superestrutura resgata a afirmação engelsiana do “jogo recíproco de ações e reações” entre os seus diversos fatores: se, por um lado, o conjunto das relações sociais que admitem a produção e a reprodução da vida em cada momento a partir de um determinado desenvolvimento das forças produtivas materiais (a base material) condiciona todo o desenvolvimento das formas políticas, jurídicas e certas formas de consciência social (as formas superestruturais), por outro, as formas superestruturais podem agir sobre a base que os gerou e também exercerem sua influência sobre o curso das lutas históricas (e, em muitos casos, determinam sua *forma*)².

A percepção gramsciana das "relações de força" como momento constitutivo do ser social, seu empenho em afirmar o papel criador da práxis humana e sua atenção ao estudo do fenômeno político em suas várias determinações foram os principais eixos norteadores desse capítulo. Ao construir a dominação hegemônica da burguesia a ele contemporânea, Gramsci (2002) nos ajuda a traduzir a questão da consciência de classe para o terreno da luta política em seu sentido mais amplo, esclarecendo-nos sobre a natureza contraditória da consciência dos subalternos, as quais sofrem influências das formas ideológicas assumidas pela dominação de classes.

Conduzindo suas análises ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, Gramsci (2002) nos ajuda a perceber que a superestrutura, particularmente a política, não é, em cada caso concreto, o simples reflexo da estrutura, mais sim o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, as quais não necessariamente podem vir a se realizar. Tais reflexões são fundamentais para sustentar-se a distinção analítica e metodológica entre *forma e conteúdo* existentes (e por muitas vezes esquecida, mesmo nas formulações críticas) nas relações entre o liberalismo, o capitalismo e a democracia, contribuindo para a revelação do caráter vulgar que a democracia assume tanto na

² Neste jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, Engels nos esclarece que através de toda uma infinita multidão de acasos, acaba sempre por impor-se, como necessidade, o momento econômico. (ENGELS, 1963)

particularidade das revoluções burguesas clássicas, quanto na sua particularidade brasileira.

Na perspectiva marxiana, assim como pode ser denominada de "vulgar" a economia que restringe o seu alcance à esfera da circulação, também pode ser denominada "vulgar" a democracia que constitui a esfera política decependo-a de forma arbitrária as condições concretas de vida e as relações reais de poder que se desenvolvem sobre esta base. Com a consolidação da democracia burguesa (e a consolidação de seu caráter vulgar), a comunidade política que se formata é puramente a transfiguração da esfera da circulação: nela se deparam unicamente "cidadãos" sem ulterior caracterização ou distinção; apenas compradores e vendedores de mercadorias que usufruem o "livre direito" de escolherem diferentes produtos políticos.

Nestas condições, a democracia burguesa já nasce como uma "democracia vulgar". No momento do capitalismo em formação, quando a pesquisa científica ainda era uma possibilidade, a compreensão das relações, processos e estruturas da democracia tal como ela se conformara até então - ou seja, a partir das referências das primeiras práticas que foram cunhadas sob a expressão grega que a definia como poder soberano ou governo (*krátos*) pelo povo (*demos*), considerado no seu sentido social – possibilitou a construção de uma forma de organização política que precisava negar o seu caráter democrático. Ou seja, na necessidade científica de distinguir o capitalismo de qualquer outro sistema, a aceitação da democracia a partir da sua significação clássica (de participação política e o exercício do poder de amplos setores sociais) chocava-se com as pretensões das elites que emergiam como dominantes e com os objetivos do liberalismo clássico em articular um desenho institucional que não apenas permitisse à burguesia controlar o Estado, mas também salvaguardar o que ela entendia por direito do indivíduo: o direito do *indivíduo* na concepção liberal implica a negação dos direitos da maioria dos *indivíduos*.

Com a consolidação política e econômica da ordem burguesa, e com a ampliação das lutas entre as classes fundamentais burguesia e proletariado, a negação científica teve de se transformar em assimilação descaracterizante, reduzindo a democracia no seu caráter puramente formal, excetuada de seus aspectos econômicos e sociais. Se a idéia de democracia como igualdade implicava a subversão da ordem burguesa, sua tradução através de mecanismos de liberdades jurídicas e constitucionais permitiu a inserção desta demanda nos princípios básicos do pensamento liberal, reduzindo a sua reivindicação à divisa estritamente "política". Ao incorporar o significado da

democracia aos bens políticos ainda toleráveis pelos seus interesses particulares, as classes dominantes dela se apropriaram e naturalizaram-na, assim como as teorias revolucionárias foram “domesticadas” pelas classes dominantes inglesa, americana e francesa.

A questão das restrições democráticas se agravava no cenário clássico da construção das revoluções burguesas na medida em que o discurso liberal difundia-se através de uma forma auto-apologética que ocultava as tensões e contradições das reivindicações de igualdade e liberdade e seu estreito entrelaçamento com a justificação da escravidão e aniquilação dos povos coloniais (LOSURDO, 2006). Tais contradições eram mais facilmente camufladas porque as diferentes formas de trabalho compulsório que sustentaram o processo de acumulação do capital foram trasladadas do cenário da “liberdade” das metrópoles para o ambiente “indolente” e “selvagem” das colônias. O argumento de que os “povos bárbaros” coloniais eram incapazes de decidir pelo seu auto-governo serviram de substrato para que, no momento de redefinição da democracia nos marcos burgueses, a tradição liberal assimilasse os trabalhadores assalariados e os não-proprietários à “multidão criança” cuja extensão dos direitos políticos deveria ser neutralizada. Sob os marcos liberais e nas “vias clássicas” de transformação capitalista, a democracia (vulgar) burguesa se propaga no oco.

Este conteúdo antidemocrático do liberalismo e a inerente dimensão vulgar da democracia associada à consolidação da revolução burguesa assume um caráter mais revelador da sua restritividade quando analisada na sua particularidade brasileira. Na particularidade de nossa “via não clássica” de transformação capitalista, as contradições da igualdade e da liberdade proclamadas pelo liberalismo se revelaram de forma mais clara, pois não havia mais um “cenário externo” para onde seriam trasladadas e ocultadas as relações de “servidão perfeita” do trabalho compulsório. Ambas puderam andar livremente de “mãos dadas” e, durante um certo tempo, acompanhadas pela “servidão imperfeita” das diferentes formas de trabalho livre aqui desenvolvidas.

Para tal análise, é preciso se distanciar dos argumentos até então sustentados sobre o caráter do liberalismo no Brasil e sua relação com a democracia. Com algumas variações, estes argumentos se concentram em duas direções: por uma lado, a compreensão do liberalismo como uma “idéia fora de lugar”, onde os partidários da modernização são considerados como um grupo de intelectuais alienados e embaçacados ante os europeus, que aderiram meramente a determinado conceito apenas pelo prestígio de sua proveniência. Por outro, a compreensão de uma certa

“adequação” do liberalismo segundo os interesses das elites dominantes locais, uma espécie de “critério seletivo” onde os partidários da modernização não entenderam o pleno sentido das idéias que colheram na Europa e adotaram somente as idéias que pudessem produzir os efeitos desejados.

A investigação aqui sugerida se difere de tais argumentações, pois sustenta que, devido a particularidade de nossa transição ao capitalismo, os partidários da modernização, que atuavam na comunidade tradicional brasileira, agiram com surpreendente (consciente ou inconscientemente) habilidade de incorporar o *conteúdo* das teses liberais para além do que era ocultado nas *formas* através das quais esse liberalismo se auto-proclamava, reexplicando-o a partir da natureza de seu ambiente social e institucional. Ao compreender-se a forma como se realizou a transição do país para os marcos do capitalismo através de um critério interpretativo que evidencie a precocidade de nossa revolução passiva, percebe-se que este processo de transição formatou um elemento fundamental para a neutralização e controle dos surtos libertários e das reivindicações políticas: conformou-se, aqui, um cenário favorável para que o *conteúdo* antidemocrático do liberalismo se revelasse em condições sociais e econômicas propícias ao desenvolvimento do capitalismo sem que a justificação da manutenção da escravidão precisasse assumir *formas* ocultadoras e apoloéticas.

O eixo central da tentativa de análise da questão da democracia vulgar na particularidade brasileira parte da preocupação em relacioná-la com os processos que nos conduziram à “modernidade” capitalista e com as especificidades que, em função da particularidade da nossa “revolução burguesa”, tornaram-se próprias do capitalismo conformado no Brasil. Sodré (1983; 1997), por exemplo, argumenta que a revolução burguesa se desdobra processualmente em passagens históricas tais como a proclamação da República - sob a qual, com a explícita dominância política da burguesia cafeeira, “aparecem as condições para o surgimento das relações capitalistas e de uma estrutura social em que a burguesia passou a ser a classe dominante e a controlar o aparelho de Estado” - e o movimento de 1930, especialmente a instauração do Estado Novo – fase final de seu desdobramento, onde emerge a confusão aparente, “gerada pelo pânico, mas também alimentada como forma de intimidação para acobertar o essencial do processo político”. (SODRÉ, 1997, p.88 e 102). Florestan Fernandes (1976, p. 203), por sua vez, relaciona o conceito de Revolução Burguesa à constituição do modo de produção especificamente capitalista. Ou seja, a revolução burguesa só é definida a partir de um “conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e

políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”, coincidente, portanto, coincidente, portanto, com o momento em que o golpe de 1964 vai aprofundar o processo de industrialização pesada que se iniciou nos anos 1950.

O que interessa ressaltar na presente investigação é que, mesmo em suas diferenças, ambas as conceituações desvendam um traço fundamental: *os interesses de classe que estão na origem da burguesia brasileira não podem ser mecanicamente associados aos interesses e estratégias revolucionárias (ou mesmo reformistas) da burguesia que ascendeu no processo europeu de transição para o capitalismo*. O horizonte cultural e econômico da burguesia brasileira é ditado pela sua inserção subalterna na dinâmica comercial do capitalismo industrial já então plenamente consolidado em nível mundial, e caracteriza-se pela manutenção de componentes oligárquicos, autárquicos e mesmo senhoriais na conformação dessa burguesia brasileira. Preservados aqui esses elementos que são próprios da sociedade estamental de privilégios, e que nas experiências européias foram superadas historicamente pelo capitalismo, este traço ajudou a caracterizar parte significativa do pensamento dominante acerca de suas prerrogativas de classe, e vai influenciar profundamente na conformação de uma democracia vulgar capaz de revelar a essência camuflada nos episódios revolucionários ditos como “clássicos”.

Na apreensão de processos de transição “não clássica” para o capitalismo (ou seja, processos que não seguiram as formas de transição ocorridas nas revoluções inglesas do século XVII ou da Grande Revolução Francesa do século XVIII) pode-se utilizar dois importantes conceitos elaborados no âmbito da tradição marxista. O primeiro refere-se à noção lenineana de “via prussiana” (LENIN, 1980), a qual serve sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, em que, na nova ordem fundada pelo capital, conservam-se claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extra-econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais. O segundo refere-se à noção de “revolução passiva” elaborada no interior do pensamento gramsciano (GRAMSCI, 2002), com a perspectiva de conceituar processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista.

A partir da fundamentação em tais conceitos, Coutinho (2005) nos revela um importante norte para direcionar as análises da especificidade brasileira em relação as vias “não clássicas” de transição para o capitalismo. Enquanto na Alemanha, a solução “prussiana” da questão da unificação nacional é precedida pela solução igualmente “prussiana” da questão agrária, e enquanto na Itália as duas questões são simultaneamente resolvidas “passivamente”, o caso brasileiro revela uma lógica diversa. Aqui, a solução “pelo alto” da questão do Estado nacional unificado precede e condiciona a solução “prussiana” da modernização agrária: a “revolução passiva” iniciada com a Independência e consolidada com o golpe da Maioridade conservou a grande exploração rural e o domínio político dos proprietários de terras e de escravos, e, desta forma, acabou preparando o desfecho “prussiano” para a questão da adaptação da estrutura agrária ao capitalismo no plano interno, no momento em que as potencialidades das relações escravistas de trabalho se esgotam. Nesse sentido, “ambos os movimentos foram importantes degraus na lenta e ‘não clássica’ marcha do Brasil para o capitalismo, deixando ademais profundas marcas em nosso presente” (COUTINHO, 2005, p.234)

Considerando tais formulações, é preciso atentar-se também aos processos que nos conduziram à “modernidade capitalista”, definindo-se a importância da consideração do anterior percurso em direção à definição dos germes do poder e da dominação burgueses, compreendendo que o processo de Independência e dos anos imediatamente subsequentes carregam importantes manifestações que virão a se desenvolver a partir do período republicano. Tal escolha temporal configura-se como de extrema relevância analítica para a compreensão da passagem do momento de “negação científica” à aceitação descaracterizante da democracia pelo liberalismo na particularidade brasileira. A partir de tal percurso investigativo, a análise se fundamentará na passagem do longo período de “negação científica” da democracia pelo liberalismo brasileiro ao momento de consolidação da “democracia vulgar” no período republicano – atravessando a preparação para a entrada no cenário que seria considerado “democrático”, que se abrirá a partir de 1945 - período este sob o qual as diferentes formas de restrição política às classes trabalhadoras formatavam-se sobre as principais justificativas que constituíram o núcleo da mitologia social que perdurou até o século XXI: a democracia racial, a passividade das massas e a benevolência das elites. Assim, percebe-se a capacidade de revelação da essência da relação entre liberalismo, democracia e capitalismo nos marcos de uma formação social em que os regimes de

exceção se conformaram como a regra geral de “preparação do terreno” para que os “interstícios democráticos” variassem entre a democracia (vulgar) dos oligarcas e a democracia (vulgar) do grande capital.

2 - Entre a tempestade sangrenta e a silenciada bonança: o controle dos inconformismos no processo político brasileiro.

Para a compreensão da passagem do momento de “negação científica” à aceitação descaracterizante da democracia pelo liberalismo na particularidade brasileira, é importante partimos do anterior percurso em direção à definição desses “germes”, compreendendo que o processo de Independência e dos anos imediatamente subsequentes carregam importantes manifestações que virão a se desenvolver a partir do período republicano. Conforme afirma Ianni (1985):

A propósito da história da revolução burguesa, pois, cabe alguma referência ao período monárquico: 1822-1889. Nessa época ocorreram alguns fatos notáveis, relativos a problemas tais como os seguintes: lutas de independência, revoltas e guerras populares, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, primórdios da sociedade civil, cidadania, vida partidária, opinião pública e outros aspectos do processo histórico de formação do Estado nacional. Nessa época, as campanhas republicana e abolicionista são expressões muito importantes da sociedade civil em formação. Ao lado do amplo predomínio do trabalho escravizado, como base de todo vasto edifício do poder monárquico (o que limita ou nega uma verdadeira sociedade civil burguesa) é inegável que vários acontecimentos ocorridos na época permitem colocar os anos da monarquia como o tempo das manifestações primordiais da revolução burguesa que se desenrolará desde 1888-89 em diante. (IANNI, 1985, p.14).

É importante destacar que, quando resgatamos as análises em torno das particularidades deste período pré-republicano, partimos da premissa de que, para compreendermos a particularidade da vulgaridade democrática e do liberalismo no Brasil, é importante apreendermos as relações recíprocas, de interdependência e antagonismo, entre as peculiaridades da formação social capitalista e as da formação social escravista, considerando o conjunto de relações, processos e estruturas de apropriação econômica e dominação política através dos quais a formação social capitalista vai conseguir emergir do desenvolvimento das forças produtivas internas e das relações externas - e como, conseqüentemente, se transformará num sistema de

dominação e apropriação diverso e antagônico, em face da formação social escravista. (IANNI, 1978).

A relação entre a formação econômico-social brasileira e a subordinação ao capital mercantil mundial constitui-se como a premissa para a delimitação dos protagonistas na estrutura de poder. Nestes marcos, dotar o processo de independência do Brasil como uma sequência de manobras “pelo alto” não significa automaticamente afirmar que o povo teve o papel de simples espectador; assim como o fez Eduardo Prado, que, ao analisar o quadro "O Grito do Ipiranga" (1888), de Pedro Américo, comparou mordazmente o papel do povo na proclamação da Independência ao carreiro negro que - coadjuvando a imagem do príncipe herói guerreiro que fundou uma nação em companhia de sua comitiva militar vibrante - segue guiando seus bois, atônito diante daquela cena insólita cujo sentido lhe era completamente desconhecido. Forma de interpretação esta que muito se assemelha ao processo de ocultação da resistência indígena aos invasores através da fabricação do mito do encontro “João Ramalho”: um exemplo de figuras que, distanciadas dos padrões culturais europeus e reforçadas em seu papel de “intermediários” na relação entre o império e as populações nativas, passam a contribuir para o cultivo do mito de que a colonização do território brasileiro realizou-se de forma pacífica e sem resistência. (OLIVEIRA, 2003).

De fato, as infindáveis e sangrentas lutas sociais ao longo do Brasil colônia mostram as inconciliáveis divisões e as condutas inconformistas que tornam falsos os argumentos de que seu comportamento foi sempre passivo. Os exemplos podem partir das campanhas de extermínio indígena do século XVI; seguir pela Guerra dos Bárbaros, travada no Rio Grande do Norte entre 1688-1691 e finalizada com o terrível morticínio dos índios que resistiam à expropriação de suas terras; as guerras do gentio Paiaguá (1732-1736) e contra os botocudos (1808), ordenadas por provisão régia contra todos os índios bravos; o processo de extermínio indígena nas guerras ofensivas no Mato Grosso, em Goiás e Minas Gerais. Estes foram os cruentos alicerces do povoamento do sertão, marcado “pelas lutas sangrentas pela posse da terra, pela expulsão indígena, de latifundiários e destes com os sertanejos”, onde o respeito pela propriedade reinava mais que o respeito pela própria vida, e onde “as lutas de famílias oligárquicas mancharam de sangue os alicerces sociais e com sangue se foi formando a consciência política” (RODRIGUES, 1982, p. 34).

Não menos sangrentas e violentas foram as guerras contra quilombos negros, mineiros, baianos, cariocas e pernambucanos, assim como as revoltas populares de

colonos contra excessos fiscais, favores e privilégios. São exemplos: a luta entre paulistas e emboabas em 1708-1709; o saldo de centenas de mortes e prisões na Guerra dos Mascates (1710-1711); as duas sublevações em Vila Rica (1720), onde os rebelados foram rebatidos por um contingente de mais de dois mil homens que os enforcaram e queimaram suas casas; o motim militar na Bahia (1728), com condenações à pena de morte, esartejamentos, açoites e deportações irreversíveis para Benguela e Angola; a degradação para a África dos chefes do movimento da Conjuração Mineira (1789) e o enforcamento e esartejamento de Tiradentes; a revolução social de 1798, em Salvador, cujo resultado foi a execução e esartejamento dos sublevados que aspiravam pela liberdade nacional; os assassinatos, açoites, degredos e condenações à morte ao longo das insurreições dos negros Haussas , na Bahia (1807, 1809, 1813 e 1816); o saldo de várias mortes durante as lutas indígenas no Araguaia (1803). (RODRIGUES, 1982, p. 35).

Neste quadro, conformam-se as alegações de uma relativa escassez de lutas (se comparadas ao processo de independência de outros países americanos) e com as argumentações de que o espírito de conciliação manifestava-se na tolerância racial cotidiana, na mestiçagem desenfreada, na unidade linguística e nas acomodações que atenuavam os antagonismos sociais e promoviam a essencial unidade do povo brasileiro. Todavia, as explosões sangrentas demonstram a violência e a crueza da repressão efetivada pela minoria dominante ante os inconformismos e os radicalismos das camadas populares e suas lideranças, e tornam inválidas, já na fase colonial, as teses de uma tradição política totalmente pacífica e sem resistência e da prospectiva histórica da “cordialidade” do homem brasileiro (HOLANDA, 2005), tão sustentada por uma historiografia oficial que visa eliminar os impulsos de revolta e contentar as expectativas da minoria dominante. De acordo com Rodrigues (1982):

[...] pode-se dizer que foi a massa indígena, mestiça e cabocla, a que mais lutou e a que mais sofreu a repressão violenta, pois era a que tinha maiores reivindicações sociais; [...] mais tarde passou a contar com a colaboração de sucessivas lideranças populares radicais que a conduziram para revoltas violentas, suprimidas com crueza e que tornaram cruenta nossa história, pelo sacrificio pessoal de líderes e de gente do povo. (RODRIGUES, 1982, p. 36).

Admitindo-se o uso da força e a história sangrenta daí resultante, podemos afirmar que, mesmo que o papel das camadas populares não tenha sido apenas de um

mero espectador na consolidação da independência, também não se pode afirmar que a mesma foi resultante de uma luta popular pela liberdade, tão decisiva quanto o foi no restante das Américas. Mais além, imposta a tarefa de se construir um Estado Nacional para organizar e garantir a unidade do país “arquipélago e continente” (IANNI, 2004, p. 187), a emancipação do Brasil não trouxe maiores alterações da ordem social e econômica vigente³ nem mesmo da forma de governo, pois o “Brasil Colônia sai do colonialismo português e insere-se no imperialismo inglês, já ‘descolonizado’, com as roupagens do Brasil Monárquico”, permanecendo a única monarquia entre as repúblicas na história da América Latina. (IANNI, 2004, p. 155).

Para desconstruir as argumentações de uma característica pacífica inerente ao povo brasileiro e da inexistência de participação popular nas lutas intestinais que se desenvolveram em nosso solo (o que serviu de importante substrato para a justificativa tanto da negação democrática quanto à sua associação à necessidade de uma eterna tutela para a “multidão criança”), é preciso analisar mais detalhadamente os motivos e as forças sociais envolvidas nos diferentes conflitos que se desenvolveram em nossas fronteiras. Na verdade, foi o constante impulso de antecipação ou violenta neutralização das manifestações políticas que envolvessem o mínimo de aspiração popular que garantiram o cenário de “serenidade” para as vias políticas elitistas e anti-democráticas.

As rebeliões que trouxessem qualquer sombra de inconformismos e reivindicações populares foram abafadas com extrema violência sob a justificativa da necessidade de se adestrar um povo “desordeiro e selvagem”, desagregando e desorganizando seus movimentos de forma a se plasmar um cenário em que se tornava possível argumentar a aparência (construída) de um povo “passivo e apolítico”, tendente ao conformismo e à conciliação, cuja aspiração se resume em obedecer à constituição e às leis. O poder econômico latifundiário precisava de ordem e tranquilidade para os seus negócios. Necessitava de um cenário onde as diversas diferenças e divergências econômicas, sociais e culturais não fossem empecilho para que minorias dominantes e suas sucessivas gerações conseguissem escamotear os direitos das “multidões” castradas e sangradas, sem que com isso levassem-nas ao desespero.

Apesar das tentativas de mobilização popular, a República se realizaria tal como a Independência se realizara: sem a colaboração de um movimento de raízes populares.

³ Não desconsideramos, aqui, a nova relação de dependência que se firmava desde a abertura dos portos, em 1808, com a passagem da dependência inglesa via Portugal à dependência direta da Inglaterra, sob a qual a forma como a antiga Colônia se inseria no sistema econômico internacional passara a sofrer algumas alterações.

O novo regime resultaria de um golpe militar como solução a descontentamentos de setores importantes para a economia e a política no país. As forças sociais que se apossaram do liberalismo mantiveram o seu caráter antidemocrático sob as bases de uma formação social que tornava mais clara a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade, de igualdade e do direito à felicidade para todos os cidadãos”. As relações entre liberalismo e democracia, aqui, tornaram-se o “oco do oco”, tornavam-se mais reveladoras quando construídas sob as vicissitudes do já extremamente restritivo e excludente regime de produção escravista. E o resultado desse processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicaram na marginalização de amplos setores da população.

O horror às sublevações populares é marca registrada das elites de todos os tempos. Sob as bases da vocação não-democrática inscrita no liberalismo dos intelectuais do Império, cuja repulsa declarada à democracia e à revolução traziam à tona as manifestações de urgência em “parar o carro revolucionário”, a República nasce sob o signo da *ordem pública*. A república fundada em 1989 combinara liberalismo e patrimonialismo de forma a já deixar claro quais eram as fronteiras possíveis para construção de uma democracia vulgar no Brasil.

Assim, a vida social brasileira do período da Primeira República foi marcada pelo profundo traço do uso permanente, ilegal e impune do aparato repressivo para estancar o protesto dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante. Quando a retórica liberal radical embestia-se de uma piedosa simpatia pelos “deserdados da fortuna” e pelos “humildes”, logo se convertia (ou se revelava) em inquietude que intensificava as práticas repressivas quando a desarticulada massa ameaçava ultrapassar os limites e transformar-se em classe social.

Percebe-se, com as investigações aqui efetuadas, que esse medo ancestral de povo que tomava de assalto a classe dominante veio se transmutando desde os tempos da escravidão, quando a desconfiança em relação às camadas populares era tão generalizada quanto o horror a uma sublevação de escravos, reprimindo-se com violência desmedida as reações de rebeldia tanto nas fazendas como nos quilombos e aldeias, através de um extermínio que mobilizou verdadeiras operações de guerra. Este “medo ancestral” tanto mais se metamorfoseava e se potencializava quanto mais a transição do trabalho escravo para o trabalho livre fez aumentar a concentração no

espaço urbano de segmentos de classe privados de meios de existência. Foi esta a forma através da qual se confirmou, no Brasil, a transmutação do recurso ideológico que se fez fortemente presente na Europa do século XIX, de justificação do domínio de “civilizados” sobre “primitivos”, de brancos sobre não-brancos entre metrópoles e colônias como subsídio para a justificação do domínio de ricos sobre pobres.

A exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e a conformação de um simulacro de democracia vulgar amparada no exercício oligárquico do poder era justificada pelo efficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou intimamente com o discurso científico: a disseminação de uma imagem de desqualificação das classes subalternas, que naturalizava a sua condição social e que se fez perdurar na cultura brasileira, realizava-se através de um eficiente deslizamento semântico em que a condição de *inferior* e *dominado* incutida aos negros escravizados passou a ser determinada a todo o conjunto das classes subalternas, associadas à condição de um caráter *subversivo* que precisava ser neutralizado e substituído pela condição mistificada da sociedade *pacífica* e *amorfa*.

Sob estas fundamentações, pôde-se revelar, aqui, que ainda nos germes da construção da democracia liberal no Brasil, ela já revelava mais claramente a capacidade de combinação dos argumentos de “negação científica” com os argumentos da “redefinição para o caráter vulgar”. (como, por exemplo, na associação das justificativas do trato às “bestas selvagens” e à “multidão criança”, subsidiada pelos argumentos pejorativos em torno do processo de miscigenação). Pode-se afirmar, também, que a permanência da lógica da prática da repressão fundada na dialética do povo desordeito-selvagem/passivo-apolítico consubstanciou tanto o momento da “negação científica” da democracia quanto o momento de construção do seu caráter vulgar no Brasil são revelando claramente quais eram as possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial, e pondo em marcha uma singular revolução pelo alto que se completará com o processo aberto na chamada “revolução de 1930”: pôs-se em marcha uma espécie de processo contra-revolucionário, no sentido de fazer face à ascensão política de forças populares.

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de muitas incertezas e grande agitação política que culminaram na instauração de um novo tipo de Estado, marcado por extraordinária centralização do poder, implementando, com um discurso nacionalista, um “governo forte” cujo objetivo era transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos. A anterior Carta Magna era esfacelada pela “Aliança

Liberal” que chegou ao poder com a “revolução de 1930”, instaurando uma situação de exceção autocrática.

As fronteiras e a vulgarização do curto período de regime “democrático” efetivado nos anos 1930 se revela mais claramente após a “revolução constitucionalista” de 1932. Mantém-se uma concepção de democracia e cidadania estreita e formal, que supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, nas modalidades de participação internas aos mecanismos legais de representação, sobretudo a introdução do voto secreto e das mulheres e a criação de uma justiça eleitoral. As chamadas “conquistas democráticas” postas pela revolução de 1930 na verdade mantinham-se nas fronteiras da democracia vulgar que constitui a esfera política decepando-a de forma arbitrária as condições concretas de vida e as relações reais de poder que se desenvolvem sobre esta base.

A necessidade de se encontrar uma saída para os problemas conjunturais (a eliminação do poder das elites partidárias e regionais) somou-se à compreensão da necessidade de uma nova maneira de construir uma *representação política* considerada mais adequada ao caso nacional (partindo-se da premissa da fraqueza da sociedade e conseqüentemente, da tendência à perversão da representação). A resolução de ambas as tarefas efetivava-se como um remédio plausível contra a ameaça do agravamento e da radicalização da luta de classes no país. O conteúdo das respostas que o capitalismo punha ante as ameaças de socialização da política que se desenvolvia no quadro mundial expressou-se de forma reveladora nas alternativas propostas para a conformação da Assembléia Constituinte e da posterior Carta Constitucional de 1934. Os próprios pensadores liberais proclamavam a necessária “reformulação” e “aperfeiçoamento” da democracia liberal (ou, de forma mais exata, a efetiva consolidação do seu caráter vulgar) para que o “grande legado da representação universal da democracia” pudesse evoluir mediante a exigência dos novos tempos e da nova conjuntura (contemplando o caráter social da vida pública)

Conformava-se, assim, uma faceta da modernização da sociedade brasileira, após o fim da República Velha. O saldo desse cenário, foi a promulgação de uma carta constitucional (1934) que se aproximava fortemente do modelo social-democrata europeu, (principalmente, nos capítulos referentes à ordem econômica e social, à família, à educação e à cultura) ao mesmo tempo em que não alterava as estruturas de propriedade herdadas de quatro séculos passados nem sinalizava alterações no tocante à Reforma Agrária. Com o recrudescimento da luta política após a constitucionalização

do país, aprofunda-se o período de “marchas e contramarchas”, através dos quais o grupo que se acha no poder recompõem o aparelho estatal em uma nova estruturação

Com a instauração da ditadura de Vargas em 1937, consolida-se o processo de transformação “pelo alto”. Como reação aos movimentos populares, reais ou potenciais (os quais após um longo período de recrudescimento do caráter repressivo só conseguiram alcançar manifestações nos limites do subversivismo esporádico e elementar), as classes dominantes reagiram e se empenharam “restaurações” que, em última instância, acolheram uma certa parcela das exigências provenientes “de baixo” e produziram importantes modificações na composição das classes, preparando o caminho para novas transformações reais. Fortaleceu-se o poder da burguesia industrial e financeira, cujo objetivo imediato era, através da ativa intervenção do Estado, promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A defesa por parte do regime autoritário veio acompanhada, nos intelectuais do regime, a classificações do mesmo como “um novo tipo de democracia”, “adequada” às necessidades da sociedade brasileira: uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja “mão de ferro” saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil. Era a extrema fetichização do que já era um simulacro da democracia vulgar liberal.

Um traço importante que foi analisado no tocante a este período refere-se ao fato de que a neutralização violenta dos “subversivos” como forma de desmobilização e despolitização da classe trabalhadora preparou o terreno para a sustentação da concepção de “harmonia” e “integração” entre as classes sociais, mas dessa vez sob a forma de uma legitimação e reconhecimento da questão social no interior do Estado, cuja “solução” adotava o disfarce da “dádiva”, do “favor” de uma elite governante “benevolente” capaz de antecipar as soluções necessárias para o bem-estar dos trabalhadores sem a necessidade de grandes confrontos. Traveste-se no discurso apologético da “outorga” o fato de que a legislação social na verdade era resultante de todo um histórico de lutas. Passa-se a tratar como “benesses” a um povo cuja predisposição ao “espírito pacífico” não abria espaço para empreitadas violentas em longos processos de lutas. A dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo-apolítico utilizada para sustentar a negação da democracia retorna sob novas roupagens para consubstanciar a tentativa de consolidação da “democracia vulgar”.

Tais argumentações sustentadas na presente tese nos trazem importantes chaves analíticas para pensarmos as fases posteriores de consolidação da democracia vulgar no

cenário brasileiro. No período entre 1945 e 1964, com o alcance da fase denominada de *industrialização pesada* (principalmente entre 1956 e 1961), formata-se o cenário onde, segundo as formulações de Florestan Fernandes (1976) se completará a revolução burguesa e a constituição do capitalismo no Brasil.

Esse é um processo de constituição simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação e do poder burguês. Neste momento, constituem-se concomitantemente as bases materiais sobre as quais repousa o poder da burguesia, assim como as estruturas políticas - o Estado - através das quais a dominação e o poder burguês se expressarão como um poder unificado, como interesses especificamente de classe [que], podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem interesses da Nação como um todo. (FERNANDES, 1976, p.14)

Este processo da industrialização brasileira, ainda que retardatário, está na base das pressões democráticas que, segundo Weffort (2003), as “classes populares” exercem sob o Estado no Brasil de 1945 a 1964, pressões estas referentes às possibilidades de ascensão socioeconômica e de consumo, desencadeadas com a migração campo-cidade em face do processo de urbanização e das péssimas condições de vida nas áreas rurais. Considerado por muitos como o período “efetivamente democrático”, esta democracia realizar-se-á sob as bases de um cenário considerado pela historiografia brasileira como o auge do populismo como poder ideológico de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial.

Seus componentes fundamentais, segundo Weffort, podem ser resumidos em três: a “personalização do poder”; a imagem (meio real, meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade; e a necessidade de participação das massas populares urbanas (WEFFORT, 2003). Esse processo é mais complicado que a mera manipulação de massas, pois se a víssemos de forma absoluta, cairíamos numa aceitação da visão liberal elitista que, em última instância, encara o populismo como uma espécie de aberração da história fundamentada na emocionalidade das massas e na falta de princípios dos líderes. Ele aparece como “um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas [...] também um modo de expressão de suas insatisfações” (Ibidem, p.71). A adesão popular cobra um preço à política populista: ela deve simultaneamente assumir responsabilidades com a democratização do Estado, no plano político, e um compromisso com a expansão das possibilidades de consumo, no plano econômico.

Ou seja, o ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciaram o surgimento das classes populares e que passou a manter a vigência das alianças populistas deve ser preservado e intensificado (Ibidem, p.183). Como a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, o desafio imposto à política populista é *compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento democrático*, o que, nos marcos da experiência contraditória da formação social dessas classes populares e de consolidação do caráter vulgar da democracia, impulsiona uma conquista da cidadania (ou mais especificamente da igualdade de direito) que cria a possibilidade de que se manifeste a insatisfação perante a desigualdade, porém sem de fato eliminar esta desigualdade. O caráter vulgar dessa democracia pode ser ilustrado a partir de vários exemplos:

A vitória de Vargas [em 1950] devia-se essencialmente à permanência das práticas de remanejamento do poder que haviam formalmente afastado as características ditatoriais mais ostensivas do Estado Novo, sem que nessa mudança estivesse implícita uma real democratização. O estatuto constitucional de 1946 continuava a excluir o voto do analfabeto, o que significava a marginalização da maioria populacional brasileira. A Presidência Dutra não tomara nenhuma iniciativa para mudar o aparato policial, que [...] já se mobilizava contra membros do Partido comunista, setores nacionalistas que pugnavam por uma solução estatal para resolver o problema do petróleo e manifestações de greves operárias, principalmente em São Paulo e Minas Gerais (1948-50). [...] O que se chamou de redemocratização somente alcança importância maior se comparada com o autoritarismo assumido a partir do segundo governo provisório, em 1930, e que, favorecido pela conjuntura interna e pelo triunfo de práticas fascistas na Europa, alcançou sua maior autenticidade no Estado Novo (ALBUQUERQUE, 1981, p. 609).

Ao se reportar ao período correspondente aos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, Mirian Limoeiro Cardoso (1978) afirma que a centralidade conferida ao desenvolvimento estava indissociavelmente vinculada à ordem capitalista, onde os setores financeiros operaram vultuosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista dependente *vis-à-vis* ao núcleo do capitalismo. E este processo ocorre exatamente num contexto em que, segundo Florestan Fernandes (1981), ocorrem profundas contradições, conflitos e embates advindos do ajuste das frações burguesas locais ao capitalismo monopolista, e que a defesa do desenvolvimento como parte estratégica *etapista* preconizada pelos setores mais influentes da esquerda, oranzados

pelo PCB, teve como resultado uma derrota amarga dos trabalhadores. (FERNANDES, 1981b). Nas considerações de Roberto Leher:

De fato, a idéia de uma aliança dos trabalhadores com os setores burgueses adeptos ao desenvolvimento, supostamente nacional e anti-imperialista, como etapa necessária da luta pelo socialismo se revelou tragicamente incorreta, pois os setores burgueses, adeptos do desenvolvimento, já eram parte de um sistema de classes hegemônico pelo imperialismo. A ditadura operada pela aliança dirigida por destacadas frações burguesas locais com a tecnologia militar destruiu essas ilusões (LEHER, 2012, p.11).

Ou seja, o “oco dentro do oco” dessa democracia que se efetiva no quadro brasileiro é tão revelador que, no momento de um novo recrudescimento das reivindicações populares, de crise econômica e dissensos no bloco de poder sobre o direcionamento da sociedade, ela já havia configurado novamente o cenário propício para que a vulgarização democrática servisse de antessala para o restabelecimento do autoritarismo tão funcional aos interesses centrais do capitalismo: a acumulação desenfreada despreocupada em ter que arcar com a trágica tarefa democrática de incorporação das classes populares ao processo político. Mais além, o caráter de simulacro do simulacro desta democracia vulgar é tão funcional aos interesses das classes dominantes que ao instaurarem a ditadura a partir de 1964 com o suporte da “doutrina de Segurança Nacional”, os militares a invocam sobre o pretexto de “purificar a democracia de seus elementos subversivos”.

Considerações finais

Ao avançarmos na investigação acerca da relação entre liberalismo, democracia e os caminhos da “modernidade capitalista” no Brasil”, destaca-se que as tentativas de análises acerca das particularidades do liberalismo no Brasil e sua relação com a questão democrática costumam cair numa armadilha da dicotomia teoria x prática / retórica x realidade que acaba desconsiderando as noções de *conteúdo* e *forma* tão cara à análise marxiana. Ao fazerem a crítica ao liberalismo como sustentáculo ideal do capitalismo e pensarem a sua particularidade no Brasil, fazem-na presos ao auto-elogio e à visão apologética às quais se entregam o liberalismo e o Ocidente liberal, não alcançando assim a compreensão da exata dimensão do caráter vulgar da democracia no Brasil.

Tais formulações apresentadas no presente estudo também nos auxiliam a compreender e levantar novas questões acerca do atual período de consolidação de uma democracia vulgar em que, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antisistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003. Abre-se uma era de conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista, conformando uma apologia a um desenvolvimento fundado no equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes. Na primeira etapa do governo Lula, por exemplo, ao mesmo tempo em que expandia-se a assistência social e aumentava-se o salário mínimo (concomitantemente com a expansão do crédito ao consumidor e dos empréstimos populares), realizava-se as contrarreformas da educação e da previdência. Nas análises de Braga,

O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado. (BRAGA, 2010, p.14).

Com ou sem prefixo “neo”, o desenvolvimentismo vem assumindo uma extraordinária centralidade nas narrativas de todos os domínios: “econômicos, como se uma alternativa ao Estado mínimo neoliberal; político, pois associado ao novo progressismo dito de cariz pós-neoliberal, e social, no sentido de que o seu compromisso mais profundo é com os chamados pobres, assegurando a estes renda mínima e certa socialização que os levam a serem ‘pessoas com capacidade para fazer acontecer’ alternativas econômicas” (LEHER, 2012, p.18). Consolida-se o caráter extremo da vulgaridade democrática do simulacro brasileiro: construir um Brasil mais

democrático e passível de erradicar a pobreza se traduz na capacidade de impulsionar as camadas mais subalternizadas à orbita do mercado, na potencialização do consumo, fórmula esta amplamente difundida nos diversos momentos de campanha eleitoral que garantiram a (re)eleição dos governos Lula e Dilma.

Constitui-se, assim, conforme nos esclarece Francisco de Oliveira (2010), um processo de “hegemonia às avessas”, um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos seus interesses. Coutinho (2010b), amplia tal formulação afirmando que este movimento que comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais (como o acesso à renda e ao consumo) formata na atualidade uma outra pedagogia: a da *socialização da sociedade brasileira* em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, como meio de situar a “grande política”. De acordo com as argumentações de Ana Elizabete Mota (2010),

Se do ponto de vista estas medidas minimizam e reduzem as condições de pobreza e viabilizam o acesso mercantil a bens e serviços, por outro lado, elas explicitam no plano prático, político e teórico, que não há qualquer indício de redução das desigualdades, se a definimos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos lucros, juros, renda da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital. [...] a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Por isso, as respostas à luta social e histórica contra a miséria e a desigualdade social se deram com estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo, assim, o consentimento ativo e passivo de grande parte dos “trabalhadores” e do “lumpem” (MOTA, 2010, p.36-37).

Por fim, não poderia deixar de citar como tais particularidades nos ajudam a pensar as últimas manifestações que ocorreram nas chamadas “jornadas de junho”, do ano de 2013. Pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizaram, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, as frases mais ouvidas e disseminadas ao longo desse processo era de que “o gigante tinha acordado”, de que o “povo acordou”, como se tudo não passasse de uma indignação que explodira repentinamente nos marcos de uma sociedade constantemente acostumada com a passividade. A pauta colocada pelas elites e seus aparelhos privados de hegemonia, classificando a radicalização das manifestações como uma exacerbação de “selvageria”,

“banditismo” e “vandalismo”, retoma a dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo apolítico que fundamenta a via repressiva de contenção das reivindicações populares como forma de manutenção do *status quo* e garantia de funcionamento da “democracia vulgar”. A arrogância e a brutalidade dos detentores do poder, plasmaram uma espécie de autismo social e político incapaz de perceber a “velha toupeira” que trabalhava no subsolo do tecido social, e por um estopim, promoveu, em poucos dias, a unificação de descontentamentos, lutas, reivindicações e anseios (autismo social e político este que também acometeu os próprios movimentos sociais e organizações das classes trabalhadoras).

Todavia, é importante considerar que, se a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como um catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo era “divino e maravilhoso” em nosso país, quando as contradições explodiram acabaram se expressando numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de reações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum – como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita. Tal condição não é o suficiente para cometermos arroubos intelectuais e afirmar categoricamente que o atual estágio de consolidação da “democracia vulgar” necessariamente se conforma com uma antessala para um novo período autoritário de organização política que potencializará as necessidades de acumulação do capital, porém, minimamente, liga um sinal de alerta sob o cenário de organização (ou desorganização) social e política que esta democracia vulgar está sendo capaz de fermentar, o que deve ser premissa fundamental para qual deve estar voltada as atenções dos movimentos das classes subalternas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. M. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRAGA, R. Homenagem. In: _____; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.15-18.

- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, 3. ed. ampliada, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ENGELS, F. Carta a Bloch (21/22 de setembro de 1890). In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. 3v. V. 3. p. 284-286.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2004.
- LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia*. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.
- LENIN, V. I. *O programa agrário*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.
- MARX, K. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961 (v. 1 e 2); 1963 (v.3).
- MOTA, Carlos Guilherme. Para uma visão de conjunto: a história do Brasil pós-1930 e seus juristas. In: _____.; SALINAS, Natasha S.C. (orgs.). *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro - 1930-dias atuais*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 25-141.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Um desafio histórico-cultural. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Graphia, 1997.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na vida política brasileira*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.